



Anais da Assembléia

N.º 56

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 09 DE JUNHO DE 1982

ANO VIII

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 49ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 09 DE JUNHO DE 1982

(QUARTA-FEIRA)

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 71/82

Curitiba, 02 de junho de 1982.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica de termo aditivo (2.º) datado de 13 de maio de 1982, ao Convênio celebrado em 22 de junho de 1981, entre o Estado do Paraná e o Município de MARIA HELENA, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do texto.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 72/82

Curitiba, 02 de junho de 1982.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo Aditivo (1.º), datado de 13 de maio de 1982, ao Convênio celebrado em 15 de setembro de 1981, entre o Estado do Paraná e o Município de GUAPOREMA, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 73/82

Curitiba, 02 de junho de 1982.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado em 14 de abril de 1982, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de ALMIRANTE TAMANDARÉ, objetivando adoção de ação conjunta visando à execução do PROGRAMA ESPECIAL PARA MELHORAMENTOS DE ESTRADAS MUNICIPAIS PARA ESCOAMENTO DE SAFRAS - "PROSAFRAS", no exercício de 1982.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Palácios e Basílio Zanusso.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Augusto Carneiro, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Airton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, David Cheriegate, Valter Pietrângelo, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelson Buffara, Palácios, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Rosário Pitelli, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Werner Wanderer e Wilson Fortes (38); achando-se ausentes os Srs. Deputados Fiori Luiz, Nilso Sguarezi, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, Deni Schwartz, Fuad Nacli, José Tavares, José Domingos, José Domingos Scarpellini, Leônidas Chaves, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Pinto Dias, Quiel-se Crisóstomo, Romero Filho, Tadeu Lúcio Machado, Valdu-ga e Waldyr Pugliesi (20).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM 70/82

Curitiba, 02 de junho de 1982.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos Acordos Especiais n.ºs 1/82 e 7/82, celebrados, respectivamente, em 18 e 13 de maio de 1982, entre o Estado do Paraná, através da Secretatira de Estado da Indústria e do Comércio e o Ministério do Trabalho, através da Secretaria de Mão-de-Obra/Coordenação Estadual no Paraná, objetivando o desenvolvimento de atividades de preparação de mão-de-obra voltada para a população de baixa renda.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES - Governador do Estado

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES

Governador do Estado

Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 74/82

Curitiba, 07 de junho de 1982.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo Aditivo (2o.), datado de 13 de maio de 1982, ao Convênio celebrado em 22 de junho de 1981, entre o Estado do Paraná e o Município de MARIALVA, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES

Governador do Estado

Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 75/82

Curitiba, 07 de junho de 1982.

Senhor Presidente.

Em aditamento à Mensagem 51/82, de 20 de abril do corrente ano, que encaminhou a essa augusta Casa de Leis anteprojeto objetivando modificar dispositivos da Lei no. 6417, de 03 de julho de 1973 (Código de vencimentos da Polícia Militar do Estado), tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência a fim de solicitar as providências que se fizerem necessárias no sentido de que a redação do art. 1o. do referido anteprojeto seja alterada para:

"Art. 1o. — Os percentuais da Gratificação de Função Policial-Militar, estabelecidos pela Lei 6417, de 03 de julho de 1973, e modificados pela Lei 7434, de 29 de dezembro de 1980, ficam alterados, passando a vigorar na seguinte forma:

1) 40% (quarenta por cento) do soldo: Curso Superior de Polícia;

2) 35% (trinta e cinco por cento) do soldo: Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais;

3) 25% (vinte e cinco por cento) do soldo: Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos ou equivalente;

4) 20% (vinte por cento) do soldo: Cursos de Especialização de Oficial e Sargento ou equivalentes;

5) 15% (quinze por cento) do soldo: Cursos de Especialização de Praças de Graduação inferior a Terceiro Sargento;

6) 15% (quinze por cento) do soldo: Cursos de Formação de Oficiais e Sargentos;

7) 30% (trinta por cento) do soldo: Curso de Oficiais de Administração".

Este expediente, Senhor Presidente, é formulado, tendo em vista o resultado de reexame do assunto feito pelos setores competentes da Administração, os quais revelam que as alterações propostas são oportunas e necessárias, não só no sentido da melhor adequação da matéria no que se refere à sua terminologia, como, também, com vistas a suprir omissão havida em relação à gratificação pelo Curso de Oficiais de Administração.

Por outro vale, vale ressaltar, segundo esclarecimentos prestados pelo Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, que a objetivada alteração não implicará em maiores custos, uma vez que, nos estudos que precederam à elaboração da Mensagem 51/82, foram levadas em conta as despesas referentes à gratificação pelo já mencionado Curso de Oficiais de Administração da Polícia Militar do Estado.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES

Governador do Estado

Ao Departamento Legislativo.

Ofício:

Sob o número 049/82, do Sr. ELISEU REIS, Presidente da Câmara Municipal de Guaíra, encaminhando a este Poder Legislativo, fotocópia do requerimento número 034/82, de iniciativa do Vereador Ermínio Vendruscolo, o qual foi aprovado por unanimidade em sessão ordinária do dia 27 do mês próximo passado, um voto de repúdio às declarações através da imprensa escrita, falada e televisada, contrariamente à construção da Usina Ilha Grande.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, após ouvido o Plenário, Preferência de Discussão e Votação ao Projeto de Lei n.º 50/82, constante da Ordem do Dia de hoje, como também o 172/81.

Sala das Sessões, em 09 de junho de 1982.

(a) FLORIVALDO PALÁCIOS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhado apelo ao Chefe do Poder Executivo, no sentido de ser retirado da Mensagem Governamental 66/82, Projeto de Lei 62/82, o prazo constitucional para que esta possa apreciá-lo em regime de tramitação normal.

Sala das Sessões em 09 de junho de 1982.

(a) ANTÔNIO FACCI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, Haroldo Ferreira Dias, solicitando a instalação, com máxima brevidade, de um módulo policial no Bairro Alto Tarumã, em Curitiba.

Sala das Sessões, em 09 de junho de 1982.

(a) JOSÉ DOMINGOS

JUSTIFICATIVA:

A implantação desse tipo de serviço em diferentes pontos de nossa Capital possibilitou o desempenho, por parte das autoridades policiais, de um eficiente trabalho de policiamento preventivo, com resultados dentro das expectativas.

Por esta razão, há necessidade de se ampliar o número desses módulos, instalando-os em áreas ainda não beneficiadas, principalmente em pontos de grande densidade populacional mais afastados do centro da cidade.

Um desses pontos é o Bairro Alto Tarumã, nas proximidades da movimentada Estrada do Encanamento, uma área carente desse tipo de equipamento e que está necessitando, com a máxima brevidade, de um atendimento por parte das autoridades da Segurança Pública.

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 54/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica autorizada a realização de plebiscito na área pertencente ao Distrito de MATO RICO, Município de Pitanga, a fim de consultar a população sobre a transferência

Curitiba, quarta, em 09/06/82

daquela área para o Município de Roncador.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09 de junho de 1.982.

(a) JURANDIR MESSIAS

JUSTIFICATIVA:

É desejo da população do Distrito de Mato Rico pertencer ao Município de Roncador face à proximidade daquele distrito com a sede do Município de Roncador.

Essa transferência ocasionará inúmeros benefícios aos habitantes de Mato Rico, não só no setor econômico, como também, nos demais setores sócio-cultural, pela identidade que de muito, face à proximidade geográfica, une os seus moradores.

Com isso estamos apresentando o presente projeto de resolução que temos a certeza contará com o apoio dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 72/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o "SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL ARAUTO DA FÉ - SASAF", com sede e foro na cidade de Iporã - Paraná.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09 de junho de 1982.

(a) AUGUSTO CARNEIRO

JUSTIFICATIVA:

O Serviço de Assistência Social "Arauto da Fé - SASAF", órgão vinculado à Igreja Evangélica Assembléia de Deus, da cidade de Iporã - PR, com sede e foro à rua Katsuo Nakata, n.º 1927, na mesma cidade, fundada a 16 de maio de 1980, tem como finalidade precípua a Assistência Integral aos necessitados, através da concessão de auxílios, alimentação, pousada, agasalhos, medicamentos etc. E o que é mais importante a manutenção constante do aconselhamento e orientação moral e espiritual a toda sua clientela, uma gama de pessoas autuístas ajudam à assistência social dedicada aos necessitados, entretanto por maior que seja a boa vontade, sempre falta o importante apoio financeiro para a consecução dos objetivos a que se propõe.

Justifica-se ainda mais a declaração de utilidade pública da entidade porque a mesma preenche perfeitamente todos os quesitos exigidos pela Lei n.º 6.954, de 10 de janeiro de 1978.

PROJETO DE LEI N.º 73/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a, mediante decreto e observadas as limitações orçamentárias, conceder ao funcionalismo dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, do Tribunal de Contas do Estado, dos membros da Magistratura e do Ministério Público, dos Conselheiros, Auditores, Procurador Geral e Procuradores do Tribunal de Contas do Estado e dos integrantes da Polícia Militar do Estado, A PARTIR DE 1.º DE JULHO DE 1982, antecipação parcial do aumento anual de vencimentos que for previsto para vigorar a partir de 1.º de janeiro de 1983.

Art. 2.º — Ficam revogados: 1) o Art. 12 da Lei n.º 7540, de 08 de dezembro de 1981;

2) o § 2.º do Art. 1.º da Lei n.º 7546, de 10 de dezembro de 1981.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1982.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

As Leis n.ºs 7540 e 7546, de dezembro do ano passado, autorizaram o Poder Executivo a conceder uma antecipação parcial do aumento anual de vencimentos ao funcionalismo, que for previsto para vigorar a partir de 1.º de janeiro de 1983, desde agosto de 1982.

Supondo-se que essa antecipação seja de 60% (sessenta por cento) a vigorar a partir de agosto, nada impede que o Governo conceda 50% (cinquenta por cento) a partir de julho, pois, o valor total da antecipação será o mesmo, não acarretando qualquer aumento de despesa.

A antecipação se justifica pela alta do custo de vida verificado no primeiro semestre, tomando-se por exemplo o preço da gasolina, que passou de Cr\$ 85,00 (oitenta e cinco cruzeiros) em 1.º de janeiro, para Cr\$ 125,00 (cento e vinte e cinco cruzeiros) nesta data.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está finda a leitura do expediente.

Não há oradores inscritos para o Pequeno e Grande Expedientes.

Consulta à Liderança do PMDB se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. — (Declina)

Consulta à Liderança do PTB se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. — (Declina).

Consulta à Liderança do PDS se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. — (Declina).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 38 Srs. Deputados.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela ordem) — Sr. Presidente, requiro a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere. Solicito ao Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal. (É feita a chamada).

Responderam a chamada nominal 31 Srs. Deputados.

Há "quorum" para deliberação.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de Resolução de autoria do Sr. Deputado Jurandir Messias, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Palácios, constante do expediente, solicitando Preferência de Discussão e Votação aos Projetos de Lei n.ºs 50/82 e 172/81. - Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente, solicitando a retirada da Mensagem Governamental 66/82 - Projeto de Lei n.º 62/82, o prazo constitucional para que esta Casa possa apreciá-lo em regime de tramitação normal. - Aprovado. - Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

De conformidade com o requerimento de preferência de discussão e votação acima aprovado:

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 50/82, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mens. Govern. n.º 49/82), que dispõe sobre a reestruturação dos cargos de provimento efetivo do Quadro de Pessoal deste Poder Legislativo, com Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., nos termos do SUBSTITUTIVO GERAL por unanimidade e da C.F. FAVORÁVEL ao projeto original do Poder Executivo e às EMENDAS aprovadas nesta COMISSÃO, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 34, de 04/05/82).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 50/82

O Projeto de Lei n.º 50/82, objetiva a reorganização do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa.

Na condição de Deputado Estadual pela segunda vez e na condição de ex-funcionário deste Poder, vivenciando assim duas situações dentro da Casa é que procuramos pautar a nossa atuação como membro de um Grupo de Estudos designado pela Comissão Executiva, através principalmente do Senhor Presidente, em entendimento com os Líderes Erondy Silvério, Trajano Bastos e Adalberto Daros.

Levamos na mais alta linha de conta de um lado os anseios, necessidades e frustrações dos Senhores Deputados em relação aos serviços prestados nesta Casa.

E, de outro lado, os anseios, necessidades e frustrações dos funcionários no que tange as suas situações pessoais e funcionais.

De um e de outro lado grassam insatisfações, determinando um círculo vicioso onde ambas as partes acabam com perdas e desilusões pela situação existente.

Há cerca de 15 anos solicitamos a nossa demissão desta Casa por ver que os horizontes se estreitavam cada vez mais.

Nessa condição, julgando conhecer com alguma propriedade o universo que compõe a realidade desta Casa, sem que, entretanto, tenhamos a pretensão de ser o dono da verdade.

Ao revés. Procuramos, assim como os Senhores Deputados Fidelcino Tolentino e Adalberto Daros auscultar a opinião dos Senhores Deputados e os principais pontos reivindicados pelo funcionalismo, para a melhoria das atividades deste Parlamento.

HISTÓRICO

Vão longe os dias em que este Poder funcionava realmente como um Poder, exercitando todas as suas prerrogativas. Podendo dispor da sua organização e do seu pessoal.

A bem da verdade, nunca chegou-se a um estágio de perfeição. Sempre houve algumas distorções, já que esta Casa além da sua missão administrativa possui uma dimensão política. E, não raro distorções se verificaram na esteira de aspectos políticos. Trazendo inúmeras injustiças.

Mas, na realidade a qualidade dos serviços nos últimos anos declinaram paulatinamente. Também, quantitativamente, proporcionalmente julgamos não ter acompanhado.

Situação que atribuímos ao contínuo desestímulo transmitido à classe funcional que viu minguar as suas condições.

Ao procedermos estas afirmativas não nos move atitudes de saudosismo, pois procuramos ser bastante pragmáticos em nossas atividades.

Mas, ao generalizar, corremos o risco de cometer injustiças. Sobretudo, em relação a um razoável número que, não obstante às dificuldades, incompreensões e desestímulos de toda a ordem emprestam o melhor dos seus esforços e o brilho das suas inteligências.

Há um número deles que estão a merecer uma análise mais aprofundada e um tratamento menos superficial.

Recursos Humanos, hoje, é uma tarefa para especialistas. Não nos arrogamos este título. Mas procuramos em nosso trabalho auscultar também pessoas com esse conhecimento para apresentar um trabalho que possa contribuir para a melhoria dos serviços da Assembléia Legislativa. Também procuramos traduzir a nossa vivência nesta Casa tanto na condição de recebedor como de prestador de serviços.

GRUPO DE ESTUDOS

Honrados recebemos a incumbência, juntamente com os Senhores Deputados Fidelcino Tolentino e Adalberto Daros para o exame da mensagem governamental que pretende a reestruturação e a melhoria dos seus serviços.

O Senhor Deputado Fidelcino Tolentino tem se destacado neste Legislativo como um profundo estudioso da proble-

mática funcional no âmbito da administração pública estadual.

O Senhor Deputado Adalberto Daros, também é bastante conhecedor da situação do corpo funcional, eis que é funcionário licenciado, exercendo hoje o seu segundo mandato de Deputado Estadual, após ter sido Vereador da Capital.

O seu comportamento quando se realizam exames de proposições que envolvem o corpo funcional da Assembléia tem sido o mais retilíneo e exemplar. Não raro se abstém das decisões, motivado pela sua determinação de legislar em matéria que possa trazer aspectos de atuar em causa própria ou ser traído pelas emoções ou simpatias, numa atitude digna dos maiores encômios.

Comportamento acompanhado pelo Senhor Deputado Luiz Alberto de Oliveira, apesar de não integrante desta Comissão, mas, igualmente sabedor profundo da máquina que ampara este Legislativo, eis que é funcionário licenciado para desempenhar o seu mandato.

Mas, tendo formado com os Senhores Deputados Fidelcino Tolentino e Adalberto Daros o Grupo de Trabalho que estudou a Proposição, o presente Parecer longe de ser um trabalho pessoal é mais o resultado do entendimento de grande parte dos Senhores Deputados.

Dizemos isto, porque cada um procurou inicialmente auscultar a opinião do maior número de parlamentares, de todas as bancadas representadas nesta Casa de Leis.

Esta representação dos diversos partidos, resultante do entendimento da Comissão Executiva, notadamente do Presidente João Mansur com os Líderes Erondy Silvério, Trajano Bastos e Adalberto Daros, teve a missão de aprofundar os estudos básicos da Comissão Executiva, eis que na primeira etapa não foi possível a manifestação de um maior número de pessoas envolvidas pela problemática.

Após diversas reuniões, principalmente com Deputados, Líderes e funcionários chegou-se a um documento que ora apresentamos como Substitutivo Geral, assinado por nós, na condição de relator desta Comissão de Constituição e Justiça mas, que, na realidade é muito mais do esforço e a colaboração dos outros integrantes do grupo.

Queremos, nesta oportunidade, ressaltar a iniciativa, o carinho e a preocupação do Senhor Deputado Augusto Carneiro para que o Legislativo Estadual venha apresentar uma acentuada melhoria nas suas atividades e nos seus serviços, com padrões mais elevados de desempenho.

Igualmente, rendemos nossas homenagens ao Senhor Segundo Secretário, Deputado Nilso Sguarezí, desejoso de que se faça e se reparem injustiças cometidas ao longo dos anos.

É preciso que se registre que esta Casa, não obstante os esforços de diversas Comissões Executivas levou mais de um decênio para realizar uma reorganização do seu pessoal, somente se concretizando na administração do Presidente Fabiano Braga Côrtes, do Primeiro Secretário Basílio Zanusso e do ex-Deputado Domício Scaramella, então Segundo Secretário.

Como não poderia deixar de ser, a organização encontrava-se altamente defasada e obsoleta, num mundo marcado por um progresso vertiginoso, onde diariamente surgem novos conhecimentos nas diversas áreas do conhecimento humano.

De outro lado, o fator limitante de um Poder que muito das suas prerrogativas, sendo, talvez, a maior, a impossibilidade de reorganizar adequadamente a sua estrutura.

A longa noite das legislações que cerceiam as iniciativas parlamentares levaram o Legislativo à inanição, à beira do óbito.

Paralelamente, desenvolveu-se em toda a nação o dogma da infalibilidade dos técnicos e a sua ascensão à condição de semi-deuses, onde suas opiniões eram e ainda são em alguns lugares, lançando um desprezo olímpico pelas opiniões dos demais mortais.

Tudo era feito sob a forma de pacotes, com os legislado-

res vivendo de surpresas e sobressaltos dos laboratórios ascéticos e impermeáveis, obrigados a deglutir a contra gosto as suas concepções, ainda que as mais inapropriadas.

E, o Legislativo paranaense não ficou imune a estas práticas.

Hoje, esta prática vem sendo abandonada pelos técnicos, sobrevivendo apenas entre os tecnocratas.

Hodiernamente, entramos na era da ADMINISTRAÇÃO PARTICIPATIVA onde se procura ouvir todos os segmentos e pessoas, como forma de se obter a melhoria das ações governamentais, tornando todos comprometidos com desempenhos superiores, enfim mais eficiência, eficiência, eficácia e efetividade.

À Comissão cabe o mérito de iniciar a reorganização desta Casa.

Foi um passo muito grande.

Todavia, uma nova ordem de organização não é tarefa fácil. Principalmente se considerarmos os longos anos transcorridos sem uma atualização.

Dá, uma reorganização de um órgão gigantesco e complexo, ou melhor de uma instituição, não seria tarefa para uma administração. A defasagem era muito grande. A exigir diversas etapas.

Mais um passo vem sendo dado por esta atual administração. Sendo necessário a continuidade pelas próximas Executivas.

Nesta ordem, a Comissão Executiva liderada pelos Senhores Deputados Fabiano Braga Côrtes e Basílio Zanusso teve de eleger algumas prioridades. E, estas centraram-se principalmente no pessoal de nível universitário. Não era possível fazer tudo a um só tempo. Reservando-se para as administrações subsequentes o aprofundamento do atendimento a este pessoal.

Os demais segmentos, os Oficiais Legislativos, Taquígrafos, etc. — os carregadores de piano no dizer do Deputado Erondy Silvério, em pronunciamento em dezembro de 1979, tiveram um tratamento menor.

Opinião corroborada por diversos oradores à época, destacando-se os Deputados Nilso Sguarezi e Basílio Zanusso, que se fizeram ouvir quando da tramitação daquele plano de lei.

Contudo, um importante capítulo havia sido iniciado.

ATUAL PROJETO DE REESTRUTURAÇÃO

Dado a lume, o novo projeto de reorganização do pessoal traz melhorias, notadamente para aquele pessoal de assessoramento e níveis superiores.

Todavia, constatou-se que alguns segmentos numa situação de grande inferioridade com os outros Poderes, notadamente com os dispositivos legais dos Tribunais de Justiça e de Alçada.

Naquele, os Oficiais Judiciários foram enquadrados no nível 6, enquanto os Oficiais Legislativos, figura assemelhada, fica, na mensagem governamental, enquadrado tão somente no nível 11. Numa situação marcada por grande inferioridade. Quando mais, ser tarefa desta Casa a missão de conceber leis sábias e justas.

Assim, este foi praticamente o ponto basilar para o Grupo de Trabalho iniciar os seus estudos. Buscando a equiparação com os Tribunais de Justiça e de Alçada.

Todavia, não se poderia elevar todos os oficiais Legislativo ao nível 6, pois, temos bem vivo, também, a elevação das despesas.

Igualmente levou-se na devida linha de conta salutar política de Recursos Humanos de se proporcionar novos degraus a serem alcançados, através do esforço de cada um, estimulando destarte, os funcionários a apresentarem melhores índices de desempenho, como forma de conquistarem promoções.

Sabe-se que, em políticas de Recursos Humanos, a figura da promoção, quando administrada com justiça, premiando esforços, é um dos mais poderosos estímulos para a melhoria dos desempenhos individuais.

Atendida a equiparação dos Oficiais Legislativos aos Ofi-

ciais Judiciários, não poderia ser cometida a heresia de deixar o pessoal de nível superior em situação aquém isto nos níveis iniciais das carreiras. Desta forma tornou-se imperativo contemplar os níveis iniciais de advogados, técnicos em Administração, Contadores, Economistas e portadores de outros Diplomas de nível superior, com mais um nível, além das taquígrafas que cumprem um trabalho estafante, de uma condição compatível com o seu trabalho.

Registre-se ainda, a circunstância de que os advogados do Legislativo ainda ficam aquém dos seus colegas do Tribunal de Justiça, o que deverá ser igualado o mais próximo possível.

Enquanto no Tribunal de Justiça os Advogados estão enquadrados nos níveis 1 (30 cargos), 2 (40 cargos) e 3 (50 cargos), na Assembléia Legislativa o enquadramento se processa nos níveis 1 (13 cargos), 2 (16 cargos) 3 (18 cargos), sob a denominação de Consultores Legislativos A, B e C e, nos níveis 5 e 6 (no Substitutivo, pois no estudo original estavam no 6 e 7), sob a denominação de Assessor Legislativo, com respectivamente 48 e 30 cargos.

Assim, fica evidente uma certa dificuldade dos advogados ascenderem aos níveis mais elevados, se cotejados com o Tribunal de Justiça.

Adite-se o fato de que o número de cargos de Consultor Legislativo, nível 1 (atual), antigo Assessor Técnico, decresceu na última década de 23 para 18 cargos e, após o advento desta Lei, diminuirá ainda mais, para 13 cargos, dificultando a ascensão e a mobilidade do pessoal, resultando em um ponto de estrangulamento.

Outra preocupação foi com o Gabinete dos Senhores Deputados, cada vez mais requisitados pela afluência de partes e serviços.

Para este atendimento, através da Resolução n.º 71/80, foram transformados 65 (sessenta e cinco) cargos vagos de provimento efetivo, em empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho. Todavia, a prática demonstrou que esta figura Jurídica não foi a mais adequada. Resultando no clamor dos Senhores Deputados para que esses cargos revertissem ao regime Jurídico anterior, o que será possível através do art. 18, do Substitutivo Geral.

Outra situação tratada é a dos funcionários que exercem outras funções, para atender as necessidades da Casa, notadamente os Secretários de Comissão, exercendo, não raras vezes, simultaneamente diversas Comissões, quer permanentes, de Inquérito ou Especiais, sem que sejam devidamente reconhecidos com os respectivos cargos.

Malgrado exercerem aquelas atividades por longos anos vieram-se preteridos inúmeras vezes, na hora de se preencher os cargos vagos, por outros funcionários, numa situação que se afigura como lamentável e das mais injustas.

Adite-se o fato, ainda, de que na Mensagem Governamental são previstos 12 cargos, quando existem 17 Comissões Permanentes, afora as Comissões Especiais e de Inquérito que, não raro exigem o deslocamento dos seus membros para diversos pontos do território paranaense.

É de se notar ainda, que os 12 cargos a serem preenchidos, na condição de Secretário de Comissão, a Mensagem prevê a sua ocupação por profissionais que não se sabe se tem um perfeito domínio das tarefas a serem desenvolvidas.

Através do Substitutivo, a Comissão poderá enquadrar aqueles que exercem as funções nos cargos que realmente desempenham e que a doutrina de Recursos Humanos preconiza como a mais correta.

E, o Poder Executivo, com as diversas leis de pessoal tem adotado tal prática.

Também, foi tratada a possibilidade da Comissão Executiva aproveitar, de acordo com as necessidades de serviço funcionário que exerça atividades de Consultor Legislativo, como é o caso do funcionário que presta assessoramento à Mesa,

sem uma falta, chova ou faça sol, tem a sua situação procrastinada indefinidamente. Através de dispositivo a Comissão Executiva poderá transformar o seu cargo, no interesse da administração. Frisamos o termo poderá. O que equivale dizer que não é imperativo.

Outro assunto previsto é a possibilidade de uma estrutura para o FEPPA, com a criação de três cargos em comissão, dos quais vem se ressentindo de há muito.

E, finalmente, entre as providências principais, está inserida a das viúvas de ex-Parlamentares, procurando-se mitigar-lhes as dificuldades, numa das horas mais cruciais das suas existências, através do art. 16 e seu parágrafo.

Sabemos que, de acordo com a técnica legislativa não é a forma mais apropriada de tratar-se da matéria. Contudo, no Livro Clássico do estudo de Direito, "O Espírito das Leis, obra basilar para os estudos jurídicos e que o legislador tem a obrigação de basear as suas ações, encontramos suporte para acolher a proposição, na certeza de que em assim fazendo, estamos contribuindo para que se faça justiça.

Aliás, esta obra que todos deveríamos ter bem viva e praticar os seus preciosos ensinamentos, como forma de se conseguir praticar e legislar justiça, acima de detalhes e filigranas que muitas vezes anulam os objetivos das leis, quando não, consagrando clamorosas injustiças e privilégios.

Estes são os principais pontos do trabalho.

Outras propostas foram acolhidas, porém não possuem a mesma importância dos pontos aqui alinhados.

São de melhoria de forma ou para se evitar alguns prejuízos, principalmente aos aposentados.

Reafirmamos que o Substitutivo resultou de entendimento da maioria das pessoas que estudou exaustivamente o trabalho e o acolhimento de proposições dos diversos partidos, sendo que, procurou-se ouvir os líderes partidários sobre os diversos aspectos tratados, os quais subscrevemos, na condição de Relator, procurando adotar uma visão geral dos seus membros mais do que o nosso entendimento pessoal.

Não temos a veleidade de que o trabalho venha a solucionar todos os problemas e nem que seja perfeito. Longe disso. Encontramos diversos parâmetros limitantes. A matéria é ampla e deverá ser objeto de diversas etapas.

Sublinhamos que o Grupo de Trabalho, tendo em seu seio um funcionário licenciado, um Deputado afeito às causas funcionais e um ex-funcionário, que buscou novos caminhos por não ver horizontes satisfatórios, procurou encontrar um ponto de equilíbrio satisfatório.

A adoção de outras medidas complementares, permitirá que se alcance melhores resultados.

Isto posto, o nosso parecer é favorável, na forma do substitutivo em anexo.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente
GABRIEL SAMPAIO — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 50/82
SUBSTITUTIVO GERAL

SÚMULA: Reestrutura o Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa e dá outras providências.

Art. 1.º — O Quadro de Pessoal Efetivo da Assembléia Legislativa passa a ser o constante do Anexo I — Tabelas I, II, e III, da presente lei.

Art. 2.º — A denominação e classificação dos cargos, o grupo ocupacional a que pertencem, bem como as respectivas séries de classes, passam a ser as constantes do Anexo II, Tabelas I, II e III.

Art. 3.º — Os atuais ocupantes dos cargos de Assessor

Técnico Legislativo A, B, C e D, ficam classificados na seguinte forma e nos termos do Anexo II, Tabela I:

I — os ocupantes dos cargos de Assessor Técnico Legislativo A e B, portadores de diploma de Bacharel em Direito, nos cargos de Assessor Legislativo A, e os ocupantes dos cargos de Assessor Técnico Legislativo C e D, portadores de diploma de Bacharel em Direito, nos cargos de Assessor Legislativo B;

II — os ocupantes dos cargos de Assessor Técnico Legislativo A e B, portadores de diploma de Contador, Técnico em Administração e Economista, nos cargos de Assessor Administrativo A; e os ocupantes dos cargos de Assessor Técnico Legislativo C e D, portadores de diploma de Contador, Técnico em Administração e de Economista, nos cargos de Assessor Administrativo B;

III — os ocupantes dos cargos de Assessor Técnico Legislativo A e B, portadores de outros diplomas de nível superior, nos cargos de Assistente de Comissão A; e os ocupantes dos cargos de Assessor Técnico Legislativo C e D, portadores de outros diplomas de nível superior, nos cargos de Assistente de Comissão B;

IV — os ocupantes do cargo de Assessor Técnico Legislativo A, portadores de diploma de Médico, no cargo de "Médico "B", nível 5;

V — os ocupantes do cargo de Assessor Técnico Legislativo B, C e D, portadores de diploma de Médico, no cargo de Médico "C", nível 6;

VI — os ocupantes do cargo de Assessor Técnico Legislativo A, portadores de diploma de Médico, no cargo de Dentista "A", nível 5;

VII — os ocupantes do cargo de Assessor Técnico Legislativo B, C, e D, portadores de diploma de Cirurgião Dentista, no cargo de Dentista "B", nível 6.

Art. 4.º — Os atuais ocupantes de cargo de carreira de Assistente Legislativo, portadores de diploma de Bacharel em Direito, ficam classificados na seguinte forma:

I — no campo de Consultor Legislativo B, os que atualmente encontram-se classificados no nível 3;

II — no campo de Consultor Legislativo "C", os que atualmente encontram-se classificados nos níveis 4 e 5.

Art. 5.º — Os atuais ocupantes de cargos de carreira de Assistente Legislativo, portadores de diploma de Técnico em Administração, Economia e Ciências Contábeis, ficam classificados na seguinte forma:

I — no cargo de Consultor Administrativo "A", os que atualmente encontram-se classificados no nível 3;

II — no cargo de Consultor Administrativo "B", os que atualmente encontram-se classificados nos níveis 4 e 5.

Art. 6.º — Os atuais ocupantes da carreira de Assistente Legislativo que não possuam a qualificação prevista nos arts. 3.º, 4.º, e 5.º e seus incisos, ficam classificados na seguinte forma:

I — no cargo de Secretário de Comissão A, os que atualmente encontram-se classificados nos níveis 3 e 4;

II — no cargo de Secretário de Comissão, os que atualmente encontram-se classificados no nível 5.

Art. 7.º — Aos níveis iniciais dos cargos constantes do Anexo II, Tabela I, terão acesso os funcionários estáveis do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa, portadores de diploma dos cursos superiores pertinentes, após processo seletivo de caráter competitivo.

Parágrafo único — Abrir-se-á concurso público para provimento dos eventuais cargos remanescentes, somente após a classificação dos funcionários que preencham os requisitos deste artigo.

Art. 8.º — A Comissão Executiva promoverá, por decreto legislativo, dentro de trinta (30) dias, o enquadramento dos funcionários efetivos do Quadro de Pessoal, à sistemática ora instituída, na forma do disposto nesta lei.

Art. 9.^o — As especificações de classes, compreendendo qualificações, atribuições e responsabilidades dos ocupantes dos cargos constante do Anexo II desta lei, serão definidas e estabelecidas por Decreto Legislativo.

Art. 10 — O cargo de provimento efetivo de Médico, da Parte Suplementar, constante do Anexo I, será extinto quando vagar.

Art. 11 — Os cargos dos atuais funcionários que, na data da presente lei, estejam exercendo as funções de Secretário de Comissão, há mais de um ano, através de Decreto Legislativo, ficam transformados em cargos de Secretário de Comissão B, mediante opção expressa, ficando extintos ao vagarem.

Art. 12 — A promoção de um cargo para outro, dentro de cada série de classes constantes do Anexo II, far-se-á nos termos da legislação vigente.

Art. 13 — Os ocupantes de cargos do Grupo Ocupacional - Assessoramento e Atividades Superiores, constantes do Anexo II, Tabela I, perceberão a gratificação de produtividade correspondente à prevista na Tabela constante do Anexo III.

Parágrafo único — Os efeitos financeiros decorrentes do previsto neste artigo, serão devidos a partir de janeiro de 1982.

Art. 14 — Fica revogado o art. 5.^o da Lei no. 7289, de 27 de dezembro de 1979.

Art. 15 — O art. 1.^o da Lei n.^o 7568, de 11 de janeiro de 1982, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1.^o — O valor da pensão mensal de que tratam as Leis números 4763, de 05/11/63 e 54/63, de 22/11/63, concedido às viúvas de ex-Deputados, fica fixado de acordo com a relação de tempo de mandato na forma a seguir e será reajustado sempre que houver majoração de vencimentos dos funcionários públicos estaduais:

Até dois anos	Cr\$ 53.685,60
De mais de 02 até 04 anos	Cr\$ 87.239,10
De mais de 04 até 08 anos	Cr\$ 100.660,50
De mais de 08 anos	Cr\$ 134.214,00

§ 1.^o — A viúva do Deputado Estadual falecido no exercício do mandato, receberá a parte fixa do subsídio que o Deputado teria direito até o término da legislatura, sem prejuízo do previsto no artigo.

§ 2.^o — A viúva de ex-Parlamentar contribuinte do FEPPA

receberá um quarto (1/4) da parte fixa dos subsídios dos Deputados Estaduais a mais, guardada a mesma proporcionalidade.

Art. 16 — Os cargos de Oficial Legislativo constantes da Tabela III, do Anexo I, serão providos por redistribuição, obedecendo critérios de antigüidade e merecimento alternadamente, aplicando-se o instituto da promoção nos precisos termos da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970.

Art. 17 — Ficam transformados em cargos de Oficial Legislativo nível 15, de provimento efetivo, sessenta e cinco (65) empregos, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, da Resolução no. 71/80, ficando lotados nos Gabinetes Parlamentares.

Art. 18 — Ficam criados no Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa do Estado, seis (06) cargos de motorista, de nível inicial, ficando por conseguinte extintos seis (06) cargos da mesma denominação, regidos pela CLT.

Art. 19 — Fica a Comissão Executiva autorizada a transformar, de acordo com as necessidades administrativas, em cargos de Consultor Legislativo B, os cargos dos funcionários que, na data da presente lei, estejam exercendo as funções de Consultor Legislativo há mais de dois (02) anos, por designação expressa, ficando extintos ao vagarem.

Art. 20 — Fica incluída na Lei no. 6639/74, de 05 de dezembro de 1974, a criação de três (03) cargos de provimento em Comissão, sendo um (01) Diretor Executivo — símbolo DAS-3; um (01) Coordenador — símbolo DAS-5 e um (01) Contador — símbolo 1-C, cujo provimento será feito mediante a indicação formal do Presidente do FEPPA.

Parágrafo único — Os cargos de Diretor Executivo e Coordenador previsto neste artigo, são exclusivos de funcionários efetivos do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa.

Art. 21 — As despesas com a execução da presente lei correrão à conta das dotações próprias do Orçamento do Estado.

Art. 22 — Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15 de maio de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

GABRIEL SAMPAIO — Relator

ADALBERTO DAROS

FIDELCINO TOLENTINO

ANEXO I TABELA I

GRUPO OCUPACIONAL: ASSESSORAMENTO E ATIVIDADES SUPERIORES CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO — AL-100

CÓDIGO NÍVEL	Nº DE CARGOS	DENOMINAÇÃO
AL-100.1	13	Consultor Legislativo A
AL-101.2	16	Consultor Legislativo B
AL-101.3	18	Consultor Legislativo C
AL-102.3	07	Secretário de Comissão A
AL-102.4	14	Secretário de Comissão B
AL-103.3	04	Consultor Administrativo A
AL-103.4	02	Consultor Administrativo B
AL-104.5	48	Assessor Legislativo A
AL-104.6	30	Assessor Legislativo B
AL-105.5	09	Assistente de Comissão A
AL-105.6	14	Assistente de Comissão B
AL-106.5	08	Assessor Administrativo A
AL-106.6	10	Assessor Administrativo B
AL-107.4	01	Médico A
AL-107.5	02	Médico B
AL-107.6	07	Médico C
AL-108.5	01	Dentista A
AL-108.6	02	Dentista B
AL-105.4	01	Médico (artigo 11)

ANEXO I
TABELA II
CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO
GRUPO OCUPACIONAL: TÉCNICO – AL-200

CÓDIGO NÍVEL	Nº DE CARGOS	DENOMINAÇÃO
AL-201.6	07	Taquígrafo A
AL-201.7	02	Taquígrafo B

TABELA III
CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO
GRUPO OCUPACIONAL DE APOIO ADMINISTRATIVO – AL-300

CÓDIGO NÍVEL	Nº DE CARGOS	DENOMINAÇÃO
AL-301.6	23	Oficial Legislativo A
AL-301.7	24	Oficial Legislativo B
AL-301.8	25	Oficial Legislativo C
AL-301.9	26	Oficial Legislativo D
AL-301.10	27	Oficial Legislativo E
AL-301.11	28	Oficial Legislativo F
AL-301.12	29	Oficial Legislativo G
AL-301.13	30	Oficial Legislativo H
AL-301.14	14	Oficial Legislativo I
AL-301.15	65	Oficial Legislativo J

ANEXO II
TABELA I
GRUPO OCUPACIONAL: ASSESSORAMENTO E ATIVIDADES SUPERIORES -- AL-100

Privativo de Funcionários Portadores de Diploma de Bacharel em Direito

CÓDIGO NÍVEL	SÉRIE DE CLASSES
AL-101.1 AL-101.2 AL-101.3 AL-104.5 AL-104.6	Consultor Legislativo A Consultor Legislativo B Consultor Legislativo C Assessor Legislativo A Assessor Legislativo B

Privativo de Funcionários portadores de Diploma de Técnico em Administração
Contadores e Economista

CÓDIGO NÍVEL	SÉRIE DE CLASSES
AL-103.3 AL-103.4 AL-106.5 AL-106.6	Consultor Administrativo A Consultor Administrativo B Assessor Administrativo A Assessor Administrativo B

Secretário de Comissão e Assistente Legislativo

CÓDIGO NÍVEL	SÉRIE DE CLASSES
AL-102.3 AL-102.4 AL-105.5 AL-105.6	Secretário de Comissão A Secretário de Comissão B Assistente de Comissão A Assistente de Comissão B

ANEXO II

TABELA I

Privativo de Funcionários Portadores de Diploma de Médico e de Cirurgião-Dentista

CÓDIGO NÍVEL	CLASSES SINGULARES
AL-107.4 AL-107.5 AL-107.6 AL-108.5 AL-108.6	Médico A Médico B Médico C Dentista A Dentista B

Obs.: 1 cargo de médico AL-105.4 – extinto quando vagar.

TABELA II

GRUPO OCUPACIONAL: TÉCNICO – AL-200

CÓDIGO NÍVEL	SÉRIE DE CLASSES
AL-201.6 AL-201.7	Taquígrafo A Taquígrafo B

TABELA III

GRUPO OCUPACIONAL DE APOIO ADMINISTRATIVO – AL-300

CÓDIGO NÍVEL	SÉRIE DE CLASSES
AL-301.6 AL-301.7 AL-301.8 AL-301.9 AL-301.10 AL-301.11 AL-301.12 AL-301.13 AL-301.14 AL-301.15	Oficial Legislativo A Oficial Legislativo B Oficial Legislativo C Oficial Legislativo D Oficial Legislativo E Oficial Legislativo F Oficial Legislativo G Oficial Legislativo H Oficial Legislativo I Oficial Legislativo J

ANEXO III

GRATIFICAÇÃO DE PRODUTIVIDADE

CARGOS	Cr\$
Consultor Legislativo; Assessor Legislativo, Médico	21.526,00
Consultor Administrativo Assessor Administrativo Secretário de Comissão Assistente de Comissão Dentista	20.091,00

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N.º 50/82

PARECER:

Por solicitação da douta Comissão Executiva, o Sr. Governador do Estado encaminhou a Mensagem 49/82, capeando a reestruturação do Quadro de Pessoal desta Casa.

A douta Comissão de Constituição e Justiça opinou favoravelmente, com substitutivo geral.

Esta Comissão, examinando detidamente ambas as propostas, inclina-se em favor daquela originária da Mensagem citada, já que retrata as necessidades da administração da Assembléia, dentro das possibilidades financeiras do Executivo, segundo a visão privilegiada de quem está à testa dos seus serviços.

No entanto, com a finalidade de aperfeiçoá-la e atender alguns aspectos que certamente completarão o trabalho iniciado pela Comissão Executiva, submeto algumas emendas autônomas, que seguem em anexo.

Tudo examinado segundo o prisma financeiro, fácil é concluir este parecer opinando pela aprovação do projeto original, ou seja, procedente do Poder Executivo, acrescido das emendas acima referidas.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 01 de junho de 1982.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO — Presidente
GABRIEL MANOEL — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N.º 50/82
EMENDA N.º 01

Inclua-se:

Art. . . . Fica transformado em cargo isolado de provimento efetivo, nível 2, o cargo de provimento em comissão de Coordenador Geral do Serviço de Segurança, símbolo DAS-5, de livre nomeação da Comissão Executiva, respeitadas as exigências contidas no art. 30. da Resolução número 63, de 04 de dezembro de 1980.

Sala das Comissões, em 01 de junho de 1982.

(a) GABRIEL MANOEL

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N.º 50/82
EMENDA N.º 02

Inclua-se:

Art. — ... Fica criada, na organização administrativa da Assembléia Legislativa, uma Procuradoria Jurídica, com as atribuições seguintes:

- I — representar a Assembléia Legislativa em juízo;
- II — preparar as informações solicitadas pelo Poder Judiciário em ações de mandado de segurança e de representações por inconstitucionalidade de lei ou ato normativo estadual;
- III — opinar nos pedidos de reconsideração de decisões da Comissão Executiva, em processos administrativos;
- IV — apreciar as diligências solicitadas pelo Tribunal de Contas em processos de aposentadoria;
- V — assistir as Comissões Parlamentares de Inquérito nas diligências, ouvida de indiciados, inquirição de testemunhas, tomada de depoimento, requisição de documentos e medidas judiciais previstas na legislação própria, como citações e intimações;

VI — assessorar o relator de pedido judicial para processar Deputados, visando o resguardo das imunidades parlamentares;

VII — acompanhar os processos de concorrência pública, abertos pela Assembléia Legislativa.

Art. — ... Fica criados no Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa - Grupo Ocupacional: Assessoramento e Atividades Superiores - três (03) cargos de Procurador Jurídico, isolado de provimento efetivo, com lotação na Procuradoria Jurídica, com vencimentos de Cr\$ 126.954,00 (cento e vinte e seis mil, novecentos e cinquenta e quatro cruzeiros).

Parágrafo único. Os cargos de que trata este artigo são de livre nomeação, dentre funcionários estáveis, portadores de

diploma de Bacharel em Direito, com mais de vinte anos de serviço na Assembléia Legislativa, notórios conhecimentos jurídicos e comprovado merecimento funcional.

Art. ... — A Procuradoria Jurídica será dirigida por um dos Procuradores, designado pela Comissão Executiva, atribuindo-se-lhe as mesmas gratificações, vantagens e prerrogativas dos demais Diretores.

Art. ... — Aos Procuradores Jurídicos são assegurados os mesmos Direitos e vantagens atribuídos aos ocupantes dos cargos de Consultor Legislativo "A", do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa.

Sala das Comissões, em 01 de junho de 1982.

(a) GABRIEL MANOEL

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N.º 50/82
EMENDA N.º 03

Inclua-se:

"Art. ... — Ficam transformados em cargos de Oficial Legislativo nível 15, de provimento efetivo, sessenta e seis (66) empregos de que trata a Resolução n.º 71, de 23 de dezembro de 1980.

Parágrafo único — No provimento dos cargos referidos neste artigo, serão aproveitados os atuais funcionários contratados pelo Regime da Consolidação das Leis do Trabalho".

Sala das Comissões, em 01 de junho de 1982.

(a) GABRIEL MANOEL

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N.º 50/82
EMENDA N.º 04

Inclua-se:

"Art. — Ficam criados, no Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa - Grupo Ocupacional de Apoio Administrativo -, sete (07) cargos de provimento efetivo de Motorista, nível 15.

Parágrafo único. No provimento dos cargos de que trata este artigo, serão aproveitados os atuais motoristas contratados pelo Regime de Consolidação das Leis do Trabalho, há mais de sete (07) anos.

Sala das Comissões, em 01 de junho de 1982".

(a) GABRIEL MANOEL

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N.º 50/82
EMENDA N.º 05

Suprima-se do Projeto original (mensagem) o art. 15, reenumerando-se a seguir.

Sala das Comissões, em 01 de junho de 1982.

(a) GABRIEL MANOEL

JUSTIFICATIVA:

O referido artigo pretende impor aos inativos do Poder Legislativo, o regime estabelecido para os inativos do Poder Executivo.

Além da inadequação de situações, assinala-se que a Assembléia possui disciplina normativa própria, na espécie.

A supressão, portanto, impõe-se como medida de ordem técnico-jurídica.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N.º 50/82
EMENDA N.º 06

Inclua-se, onde couber:

"Art. — Fica a Comissão Executiva autorizada a transformar, de acordo com as necessidades administrativas, alterando-lhes as denominação, cargos de funcionários que, na data da presente lei, estejam deslocados por designação expressa há mais de quatro (04) anos, para exercer as funções de Consultor Legislativo "A".

Sala das Comissões, em 01 de junho de 1982.

(a) GABRIEL MANOEL

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N.º 50/82

EMENDA Nº 07

“Art. 1.º — Fica criado no Quadro de Pessoal da Secretaria da Assistência da Assembléia Legislativa, os seguintes cargos de provimento em Comissão(

- 1 (um) cargo de Diretor, Símbolo DAS-3;
- 1 (um) cargo de Coordenador, Símbolo DAS-5; e
- 1 (um) cargo de Contador, Símbolo 1-C.

§ 1.º — Os cargos de Diretor e Coordenador criados neste artigo, exceto o cargo de Contador, são de provimento exclusivo de funcionários do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa.

§ 2.º — A designação e atribuições dos cargos criados por este artigo serão previstos através de Decreto Legislativo a ser baixado pelas Comissões Executivas.

Sala das Comissões, em 03 de junho de 1982.

(a) GABRIEL MANOEL

EM VOTAÇÃO 2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 172/81 oriundo de Anteprojeto encaminhado com o ofício 760/81, do Presidente do Tribunal de Justiça e altera dispositivos da Lei 7297, de 08/01/80 (Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná) e dá outras providências. Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. —

Aprovado, artigo por artigo, ressalvadas as emendas.

EMENDA Nº 01

ao PROJETO DE LEI Nº 172/81

Acrescentando mais um parágrafo ao artigo 217 da Lei 7297, de 08/01/80:

§ 3.º — O disposto nos parágrafos anteriores não se aplica aos oficiais de justiça nomeados até a data desta Lei.

Sala das Comissões, em 03 de junho de 1982.

(a) GABRIEL SAMPAIO

Em votação. — Aprovada.

EMENDA Nº 02

ao PROJETO DE LEI Nº 172/81

Inclua-se no Art. 9.º, inciso II — “..... 42) Cambé; 43) Ibiporã”.

Sala das Comissões, em 03 de junho de 1982.

(a) FIORI LUIZ

JUSTIFICATIVA:

Cambé e Ibiporã atendem hoje a uma média de 800 a 1.000 processos anuais, sendo ainda as duas cidades cujas populações estão muito ligadas a Londrina e vice-versa, gerando muitos processos nessas duas Comarcas, que fatalmente trarão um aumento considerável dos mesmos nos próximos anos. Em votação. — Aprovada.

EM VOTAÇÃO 3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 30/82, de autoria do Poder Executivo (Mens. Govern. 35/82), que autoriza o Poder Executivo a contrair empréstimo, através de Entidades da Administração Indireta do Estado, no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDE, conforme específica. Parecer Favorável da C.C.J. e C.F., por maioria. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Solicito do Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados, para votação do referido projeto. Aqueles que votarem favoravelmente ao projeto responderão “sim” e os Srs. Deputados que votarem contrariamente responderão “não”.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela Ordem) Requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados para verificação de quorum, antes de Vossa Excelência mandar proceder a chamada nominal para votação.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa defere e solicita ao Sr. Primeiro Secretário que proceda a chamada no-

minal dos Srs. Deputados para constatação de “quorum”. (É procedida a chamada nominal).

Responderam à chamada nominal, 30 Srs. Deputados.

O SR. TRAJANO BASTOS — (Pela Ordem) Requeiro a Vossa Excelência, antes de terminar a chamada nominal, verificação de votação, porquanto não confere as presenças com o controle desta liderança, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa informa ao nobre Deputado Trajano Bastos, que a votação do Projeto de Lei 30/82 será feita nominalmente.

O SR. TRAJANO BASTOS — Mas solicito de Vossa Excelência a verificação de votação, assim como o Líder do PDS solicitou a chamada nominal, antes de que seja votado o projeto nominalmente.

O SR. PRESIDENTE — Vossa Excelência está requerendo uma nova chamada nominal?

O SR. TRAJANO BASTOS — Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — O projeto será votado nominalmente agora e será constatada a verificação. Solicito do Sr. 1o. Secretário a chamada nominal para que se proceda a votação do Projeto de Lei 30/82. Os Srs. Deputados que votam favorável ao projeto, votarão “sim”, e os Srs. Deputados que votarem contrariamente, dirão “não”.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — Gilberto Carvalho - ausente

Fiori Luiz - ausente

Augusto Carneiro - Ausente

Nilso Syuarezzi - ausente

Ezequias Losso - sim

Edilson Alencar - ausente

Adalberto Daros - não

Antônio Cotrim - sim

Airton Cordeiro - sim

Antônio Facci - sim

Basílio Zanusso - sim

Carlos Zanlorenzi - ausente

Cyro Martins - ausente

Dácio Leonel - ausente

Darcy Deitos -

David Cheriegate - sim

Valter Pietrângelo - sim

Deni Schwartz. -

Egon Pudell - sim

Erondy Silvério - sim

Fabiano Braga Côrtes - sim

Fidelcino Tolentino. -

Francisco Escorsin - sim

Fuad Nacli. -

Gabriel Manoel - sim

Gabriel Sampaio - sim

Gernote Kirinus -

Gilberto Agibert Filho -

João Elfsio -

José Domingos -

José Domingos Scarpellini. -

José Tavares -

Jurandir Messias - sim

Lázaro Dumont - sim

Leônidas Chaves -

Lineu Turra -

Luiz Alberto de Oliveira -

Mário Celso -

Nelton Friedrich -

Nelson Buffara - sim

Nestor Baptista -

Palácios - sim

Paulo Camargo - sim

Pinto Dias —
 Quielse Crisóstomo —
 Renato Bernardi
 Renato Bueno —
 Romero Filho —
 Rosário Pitelli - sim
 Tadeu Lúcio Machado —
 Tércio Albuquerque - sim
 Trajano Bastos —
 Túlio Zanchet - sim
 Ruben Valduga —
 Waldyr Pugliesi —
 Werner Wanderer - sim
 Wilson Fortes - sim
 Atenção para a segunda chamada.

O SR. TRAJANO BASTOS — (Pela Ordem) Solicito de Vossa Excelência que me informe se está sendo votado nominalmente o Projeto de Lei 30/82. Então, não existe segunda chamada.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela Ordem) Antes que Vossa Excelência responda ao nobre Líder do PMDB, Trajano Bastos, consulto a Mesa como votou o nobre Deputado Trajano Bastos.

O SR. TRAJANO BASTOS — Não estava presente na hora da votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Nenhum Deputado presente ao plenário pode se abster da votação, Sr. Presidente. De maneira que ele votou a Questão de Ordem, de acordo com o Regimento Interno é obrigado a votar. Espero que Vossa Excelência cumpra o dispositivo regimental, ou não responda a Questão de Ordem do nobre Deputado.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa consulta o nobre Deputado Trajano Bastos, como votou.

O SR. TRAJANO BASTOS — Voto não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa, respondendo à Questão de Ordem levantada pelo nobre Deputado Trajano Bastos, informa que nesta Casa tem sido praxe sempre ser feita a chamada nominal por duas vezes, a fim de que muitos dos Srs. Deputados que se encontram em seus gabinetes, possam vir até este plenário exercer o direito de votação.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Pela Ordem) Sr. Presidente, levanto a Questão de Ordem porque ainda está em fase de votação e a chamada foi nominal, e, no momento em que foi chamado o meu nome, estava ausente e entrei agora e quero proferir o meu voto.

O SR. TRAJANO BASTOS — (Pela Ordem) Se estava ausente, não pode votar, Sr. Presidente.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Mas está em fase de votação e eu quero dar o meu voto.

O SR. TRAJANO BASTOS — Sr. Presidente, com a devida vênia, volto a insistir na Questão de Ordem que levanto com Vossa Excelência, porque, em chamada nominal, para votação de determinada matéria, não existe segunda chamada. Se existir, dentro desse processo nominal, solicito a Vossa Excelência que indique a este Deputado qual é o artigo do Regimento Interno que assim determina.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Tem razão.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa informa ao nobre Deputado que não existe dispositivo regimental; existe uma praxe que se tornou uma jurisprudência nesta Casa e todas as Chamadas Nominais são feitas duas vezes.

Portanto, solicito ao Sr. Primeiro Secretário que proceda a chamada nominal...

O SR. TRAJANO BASTOS — De acordo com o Regimento Interno, solicito a Vossa Excelência que submeta a decisão ao Plenário, já que não consta do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa atenderá a solicitação de Vossa Excelência. Os Srs. Deputados...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela Ordem) Sr. Presidente, nota-se o intuito evidente de Vossa Excelência em conduzir os trabalhos com isenção, com serenidade, e naturalmente, cumprir aquilo que já se tornou praxe nesta Casa, que embora não fosse regimentalmente, mas condiciona-se ao uso de um determinado costume a incorporação no regimento da Casa.

Parece-me que assiste alguma razão ao nobre Líder do PMDB, porque o que se está fazendo não é chamada, mas sim, votação nominal.

Então, nestas condições, se Vossa Excelência submeter à votação da Casa, vou votar favoravelmente à decisão da Mesa, mas será uma jurisprudência nova. Que em cada votação se repita a votação, desde que ela seja de caráter nominal. Porque não é chamada, e sim, votação nominal. Parece-me estar com a razão o nobre Líder do PMDB. Entretanto, a Mesa é soberana nas suas decisões, como também o é o Plenário.

Entendemos a intenção de Vossa Excelência, o intuito saudável de proceder uma votação que não deixe margem a nenhuma dúvida.

Nestas condições, vamos votar favoravelmente à decisão de Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE — Está em votação a decisão da Mesa.

Os Srs. Deputados que votarem favoráveis à decisão da Mesa, queiram levantar-se.

Os Srs. Deputados que votarem contra a decisão da Mesa queiram levantar-se.

23 Srs. Deputados são favoráveis. 2 Srs. Deputados são contrários.

Não há "quorum" para deliberação, somente para prosseguimento da sessão.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antônio Sartori, ocorrido nesta Capital. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Palácios, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor da Manutenção do DER encarecendo reparos no trecho de serra na PR-439, entre Santo Antônio da Platina e Ribeirão do Pinhal. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Cotrim, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que seja determinado à Secretaria dos Transportes, o imediato início dos serviços de recondicionamento da camada de asfalto na Rodovia PR-317, trecho entre Campo Mourão e Rio Ivaí. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Segurança Pública, encarecendo a instalação, com a máxima brevidade, de um módulo policial no Bairro Alto Tarumã, nesta Capital. - **Encerrada a discussão.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 14, às 9:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO 3ª DISCUSSÃO— do Projeto de Lei 30/82, e do Projeto de Resolução 03/82.

EM VOTAÇÃO 2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 33/82.

EM VOTAÇÃO 1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei 133 e 143/81 e 06, 42, e 60/82, e de resolução nos. 06, 10 e 37/82.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 172/81.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 50/82.

Levanta-se a sessão.